



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS-TO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO GERAL
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 05/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.



O **MUNICÍPIO DE PALMAS – ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 24.851.511/0001-85, com sede na Avenida JK, Lote 28ª, Conjunto 01, Quadra ACNE 01, nesta cidade de Palmas – TO, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA**, torna pública a **retificação do edital 01/2014 (e seus anexos), de 31 de março de 2014**, referente à realização de Concurso Público destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível fundamental incompleto, nível médio e nível superior do Quadro Geral, CONFEA-CREA, Agente de Trânsito e Transportes, Grupo Ocupacional Fiscalização de Atividades Urbanas – FAU e Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF, conforme se segue:

1. No **ANEXO IV (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO / OBJETOS DE AVALIAÇÃO)**, **Onde se lê:**

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS:

1. Dinâmica das organizações; 2. A Organização como um sistema social; 3. Cultura organizacional; 4. Motivação e liderança; 5. Comunicação; 6. Processo decisório; 7. Descentralização; 8. Delegação; 9. Processo Grupal nas Organizações; 10. Comunicação interpessoal e intergrupal; 11. Trabalho em equipe; 12. Relação chefe/subordinado; 13. Análise de processos de trabalho; 14. Eliminação de desperdícios; 15. Lei Municipal nº 2.031, de 3 de fevereiro de 2014; 16. Qualidade e produtividade nas organizações; 17. Principais ferramentas da qualidade; 18. Administração de Pessoal e Recursos Humanos; 19. Recrutamento e seleção de pessoal; 20. Cargos e salários; 21. Administração do desempenho; 22. Treinamento e desenvolvimento; 23. Noções Gerais de Legislação Trabalhista, Previdenciária e Tributária (Imposto de Renda Pessoa Física); 24. Conceito de empregado e empregador, contrato individual de trabalho, interrupção, suspensão e extinção de contrato de trabalho, trabalho em condições insalubre e perigosas; 25. Trabalho noturno, jornada de trabalho; 26. Repouso semanal, férias, licença paternidade e maternidade, repouso semanal remunerado, 13º salário, encargos sociais e previdenciários, imposto de renda; 27. Administração direta, indireta, e funcional; 28. Atos administrativos; 29. Contratos administrativos; 30. Regime dos servidores públicos municipais: provimento, nomeação, posse, exercício, vacância, concurso público, estágio probatório, vencimento, subsídio, remuneração, licenças e afastamentos (Lei Municipal nº Complementar 008, de 16 de novembro de 1999); 31. Instrução Normativa TCE-TO nº 12/2008, de 21 de fevereiro de 2006: 31.1. Dos Concursos Públicos; 31.2. Do Edital; 31.3. Da Homologação; 31.4. Dos Atos de Admissão de Pessoal; 32. Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2006, de 11 de dezembro de 2008; 33. Decreto Municipal nº 178, de 24 de setembro de 2007 e suas alterações; 34. Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF; 35. Obrigações Trabalhistas (Conceito): RAIS, DIRF, SEFIP e GEFIP; 36. Da Administração Pública (artigos de 37 a 41, capítulo VII, Constituição Federal).

ENGENHEIRO AMBIENTAL:

1. Engenharia ambiental; 2. Biologia ambiental; 3. Expressão gráfica; 4. Microbiologia ambiental; 5. Química ambiental; 6. Estatística aplicada à engenharia ambiental; 7. Métodos topográficos, geodésicos e cartográficos; 8. Economia ecológica; 9. Ciência dos materiais; 10. Fenômenos de transporte; 11. Termodinâmica; 12. Geologia ambiental; 13. Sociologia e meio ambiente; 14. Gestão de resíduos sólidos; 15. Qualidade e tratamento de água; 16. Qualidade de solo; 17. Geoquímica ambiental; 18. Análise ambiental. Análise de demandas regionais; 19. Vistoria e elaboração de pareceres; 20. Política Nacional de Meio Ambiente: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental; 21. Espaços especialmente protegidos (Lei 9.985/2000 e Decreto regulamentador – grupos e categorias de Unidades de Conservação e Resoluções CONAMAs 302/2002, 303/2002 e 369/2006); 22. Desenvolvimento Sustentável; 23. Conservação, manejo e uso dos recursos naturais renováveis; 24. Licenciamento: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); 25. Biossegurança; 26. Degradação e poluição ambiental; 27. Impactos ambientais das políticas públicas; 28. Zoneamento ecológicoeconômico. 29. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1997; 30. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; 31. Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013; 32. Lei Municipal nº 1011, de 04 de junho de 2011; 33. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; 34. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 35. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; 36. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

ENGENHEIRO FLORESTAL:

1. Ecologia florestal: caracterização ambiental, ecossistemas marginais, sucessão ecológica, análise de vegetação, recuperação de áreas degradadas; 2. Mecanização e exploração florestal: equipamentos de exploração florestal, exploração de baixo impacto, planejamento da exploração, estradas e ramais de exploração, pátio de estocagem, elaboração de projetos técnicos de exploração florestal; 3. Proteção florestal: incêndios – causas, efeitos e prevenção; combate a incêndios florestais, técnicas de conservação do solo, manejo em solos de várzea e terra firme para fins conservacionistas, erosão, práticas conservacionistas; 4. Inventário florestal: inventário piloto, processos de amostragem, planejamento de inventários florestais, elaboração de projetos de inventários florestais; 5. Implantação, condução e manejo de povoamentos florestais: sementes e viveiros florestais; plantio – preparo de área, espaçamento, adubação, desbaste, limpeza, desrama; ordenamento florestal – rotação, cortes e planejamento de desbastes; 6. Silvicultura tropical: classificação dos sistemas silviculturais, tratamentos silviculturais aplicados à regeneração natural, planejamento da regeneração de povoamentos florestais; 7. Sistemas agroflorestais: tipos de sistemas, espécies recomendadas para sistemas agroflorestais, utilização de culturas intercalares como base do sistema, importância para a pequena propriedade; 8. Manejo de florestas tropicais: estágio atual do manejo florestal, princípios básicos do manejo de florestas tropicais, estudo de diversidade, utilização das florestas secundárias, as normas e regulamentos dos planos de manejo; 9. Indústria e tecnologia de madeira: planejamento de serraria, maximização do aproveitamento, utilização de madeira serrada, classificação de madeira, industrialização de madeira laminada e compensada, industrialização de madeira aglomerada; 10. Política e legislação agrária: aspectos socioeconômicos e ambientais, políticas e administração pública de ambiente, política de desenvolvimento florestal, instrumentos para gestão ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental; 11. Elaboração e avaliação de projetos: seleção de projetos para investimento, elaboração e conteúdo básico de projetos, projetos de florestamento e(ou) reflorestamento, análise de projetos – projetos de estudos ambientais e PCAs. 12. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1997; 13. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; 14. Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013; 15. Lei Municipal nº 1011, de 04 de junho de 2011; 16. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; 17. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 18. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; 19. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

1.1 Lêia-se:**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS:**

1. Dinâmica das organizações; 2. A Organização como um sistema social; 3. Cultura organizacional; 4. Motivação e liderança; 5. Comunicação; 6. Processo decisório; 7. Descentralização; 8. Delegação; 9. Processo Grupal nas Organizações; 10. Comunicação interpessoal e intergrupal; 11. Trabalho em equipe; 12. Relação chefe/subordinado; 13. Análise de processos de trabalho; 14. Eliminação de desperdícios; 15. Lei Municipal nº 2.031, de 3 de fevereiro de 2014; 16. Qualidade e produtividade nas organizações; 17. Principais ferramentas da qualidade; 18. Administração de Pessoal e Recursos Humanos; 19. Recrutamento e seleção de pessoal; 20. Cargos e salários; 21. Administração do desempenho; 22. Treinamento e desenvolvimento; 23. Noções Gerais de Legislação Trabalhista, Previdenciária e Tributária (Imposto de Renda Pessoa Física); 24. Conceito de empregado e empregador, contrato individual de trabalho, interrupção, suspensão e extinção de contrato de trabalho, trabalho em condições insalubre e perigosas; 25. Trabalho noturno, jornada de trabalho; 26. Repouso semanal, férias, licença paternidade e maternidade, repouso semanal remunerado, 13º salário, encargos sociais e previdenciários, imposto de renda; 27. Administração direta, indireta, e funcional; 28. Atos administrativos; 29. Contratos administrativos; 30. Regime dos servidores públicos municipais: provimento, nomeação, posse, exercício, vacância, concurso público, estágio probatório, vencimento, subsídio, remuneração, licenças e afastamentos (Lei Municipal nº Complementar 008, de 16 de novembro de 1999); 31. Instrução Normativa TCE-TO nº 12/2008, de 11 de dezembro de 2008; 31.1. Dos Concursos Públicos; 31.2. Do Edital; 31.3. Da Homologação; 31.4. Dos Atos de Admissão de Pessoal; 32. Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2006, de 21 de fevereiro de 2006; 33. Decreto Municipal nº 178, de 24 de setembro de 2007 e suas alterações; 34. Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF; 35. Obrigações Trabalhistas (Conceito): RAIS, DIRF, SEFIP e GEFIP; 36. Da Administração Pública (artigos de 37 a 41, capítulo VII, Constituição Federal).

ENGENHEIRO AMBIENTAL:

1. Engenharia ambiental; 2. Biologia ambiental; 3. Expressão gráfica; 4. Microbiologia ambiental; 5. Química ambiental; 6. Estatística aplicada à engenharia ambiental; 7. Métodos topográficos, geodésicos e cartográficos; 8. Economia ecológica; 9. Ciência dos materiais; 10. Fenômenos de transporte; 11. Termodinâmica; 12. Geologia ambiental; 13. Sociologia e meio ambiente; 14. Gestão de resíduos sólidos; 15. Qualidade e tratamento de água; 16. Qualidade de solo; 17. Geoquímica ambiental; 18. Análise ambiental. Análise de demandas regionais; 19. Vistoria e elaboração de pareceres; 20. Política Nacional de Meio Ambiente: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental; 21. Espaços territoriais especialmente protegidos (Constituição Federal, Lei Federal nº 9.985/2000 e Decreto Federal regulamentador – grupos e categorias de Unidades de Conservação e Resoluções CONAMAs 302/2002, 303/2002 e 369/2006); 22. Desenvolvimento Sustentável; 23. Conservação, manejo e uso dos recursos naturais renováveis; 24. Licenciamento: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); 25. Biossegurança; 26. Degradação e poluição ambiental; 27. Impactos ambientais das políticas públicas; 28. Zoneamento ecológicoeconômico. 29. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; 30. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; 31. Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013; 32. Lei Municipal nº 1011, de 04 de junho de 2001; 33. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; 34. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 35. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; 36. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

ENGENHEIRO FLORESTAL:

1. Ecologia florestal: caracterização ambiental, ecossistemas marginais, sucessão ecológica, análise de vegetação, recuperação de áreas degradadas; 2. Mecanização e exploração florestal: equipamentos de exploração florestal, exploração de baixo impacto, planejamento da exploração, estradas e ramais de exploração, pátio de estocagem, elaboração de projetos técnicos de exploração florestal; 3. Proteção florestal: incêndios – causas, efeitos e prevenção; combate a incêndios florestais, técnicas de conservação do solo, manejo em solos de várzea e terra firme para fins conservacionistas, erosão, práticas conservacionistas; 4. Inventário florestal: inventário piloto, processos de amostragem, planejamento de inventários florestais, elaboração de projetos de inventários florestais; 5. Implantação, condução e manejo de povoamentos florestais: sementes e viveiros florestais; plantio – preparo de área, espaçamento, adubação, desbaste, limpeza, desrama; ordenamento florestal – rotação, cortes e planejamento de desbastes; 6. Silvicultura tropical: classificação dos sistemas silviculturais, tratamentos silviculturais aplicados à regeneração natural, planejamento da regeneração de povoamentos florestais; 7. Sistemas agroflorestais: tipos de sistemas, espécies recomendadas para sistemas agroflorestais, utilização de culturas intercalares como base do sistema, importância para a pequena propriedade; 8. Manejo de florestas tropicais: estágio atual do manejo florestal, princípios básicos do manejo de florestas tropicais, estudo de diversidade, utilização das florestas secundárias, as normas e regulamentos dos planos de manejo; 9. Indústria e tecnologia de madeira: planejamento de serraria, maximização do aproveitamento, utilização de madeira serrada, classificação de madeira, industrialização de madeira laminada e compensada, industrialização de madeira aglomerada; 10. Política e legislação agrária: aspectos socioeconômicos e ambientais, políticas e administração pública de ambiente, política de desenvolvimento florestal, instrumentos para gestão ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental; 11. Elaboração e avaliação de projetos: seleção de projetos para investimento, elaboração e conteúdo básico de projetos, projetos de florestamento e(ou) reflorestamento, análise de projetos – projetos de estudos ambientais e PCAs. 12. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; 13. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; 14. Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013; 15. Lei Municipal nº 1011, de 04 de junho de 2001; 16. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; 17. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 18. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; 19. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

2. Permanecem inalterados todos os demais itens, subitens e anexos do edital 01/2014 de 31 de março de 2014 e suas retificações.

Palmas-TO, 03 de junho de 2014.

Carlos Enrique Franco Amastha
Prefeito de Palmas-TO